

**Público**  
Porto

17-10-2014

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 51453

**Temática:** Justiça

**Dimensão:** 382

**Imagem:** N/Cor

**Página (s):** 23

# Câmara de Guimarães resiste a encontrar culpados na fraude do Orçamento Participativo

**Cidadania**  
Samuel Silva

**Autarquia só enviará conclusões do inquérito para o Ministério Público se receber novas provas**

A Câmara de Guimarães reconhece que houve fraude na votação do Orçamento Participativo e, por isso, aprovou, na reunião de ontem, a anulação da eleição feita no mês passado, abrindo um novo período de escolha de projectos dos cidadãos. As várias forças políticas com assento naquele órgão autárquico concordaram na decisão e também na invocação da impossibilidade de provar responsabilidades neste processo para justificar que as conclusões do inquérito interno realizado sejam enviadas para o Ministério Público (MP).

A edição deste ano registou um número anormalmente alto de votantes, totalizando 41.347, que correspondem a quase metade (47,2%) dos eleitores que foram às urnas nas últimas autárquicas no concelho. No ano passado tinham votado menos de 3000 pessoas. Um inquérito interno apurou que foram usadas listas como a dos devedores às Finanças para retirar os números de contribuinte que serviam para identificar cada votante e assim acumular votos.

Estes factos foram suficientes para cancelar a votação, mas a câmara recusa divulgar quais foram as duas propostas em que se concentraram os votos maciços. "O inquérito não apura responsabilidades de pessoas ou entidades", justifica o presidente da câmara, Domingos Bragança, que diz desconhecer quais eram esses projectos. "Os cidadãos que cometeram irregularidades não as

cometeram com a intenção de do-lo, mas pensando estar a liderar um processo de votação numa proposta que queriam muito ver escolhida", afirma ainda.

O município não vai remeter os factos apurados para o Ministério Público, apenas admitindo fazê-lo se entretanto lhe chegarem "provas concludentes" da fraude.

A votação vai ser repetida entre os dias 10 e 27 do próximo mês, mas os moldes em que será feita ainda não estão definidos. Se não encontrar uma solução que permita garantir a segurança da escolha feita online, o presidente da câmara admite que a eleição só seja levado a cabo de modo presencial, com voto em urna. No próximo ano, a verba destinada aos projectos dos cidadãos também será reduzida para metade, ficando apenas meio milhão de euros disponíveis. "Andámos depressa de mais", admite Bragança.